



Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Abrantes – Ata nº 13/2020

Data – 21-07-2020

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no auditório do Edifício Pirâmide – Alto de Santo António

Termo – 00.00 horas

Presenças:

Presidente

Vereadores

ORDEM DO DIA

(artigo 53º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

1. Gabinete de Apoio à Presidência

GAP - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, remete para aprovação a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., na sequência da declaração de intenções assinada no passado dia 2 de julho de 2020, aquando da visita da Comissão Executiva da ALTICE a Abrantes, que visa o estabelecimento de uma relação de cooperação entre as partes, tendo em vista a expansão da rede de fibra ótica no Concelho de Abrantes e a utilização recíproca das condutas, pertencentes a cada uma delas, que se encontram instaladas no concelho de Abrantes. – PG 587738

Proposta de Deliberação: aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., que visa o estabelecimento de uma relação de cooperação entre as partes, tendo em vista a expansão da rede de fibra ótica no Concelho de Abrantes e a utilização recíproca das condutas, pertencentes a cada uma delas, que se encontram instaladas no concelho de Abrantes, com os fundamentos nele constantes.

Delegar poderes no Presidente da Câmara para a assinatura do protocolo.

GAP - Nº 02 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento de proposta da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, remete para aprovação a minuta de protocolo a celebrar entre a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e o Município de Abrantes para constituição do Gabinete de Apoio ao Emigrante, que têm como objetivo apoiar e informar os cidadãos, na área social, jurídica, económica e empresarial, educação, emprego, formação profissional, entre outras. – PG 591062

Proposta de Deliberação: aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e o Município de Abrantes para constituição do Gabinete de Apoio ao Emigrante, no âmbito do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 104/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais de instituir e gerir os Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, de acordo com os fundamentos constantes da minuta.

Delegar poderes no Presidente da Câmara para a assinatura do protocolo.



GAP - Nº 03 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, remete para aprovação a minuta de acordo de colaboração a celebrar entre o Estado Português, através do Ministério da Educação, e o Município de Abrantes, para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira no Tramagal.

O presente Acordo de Colaboração define as condições de transferência para o Município das atribuições a que se refere o artigo 39º da Portaria nº 60-C/2015, de 2 de março, designadamente a elegibilidade, enquanto entidade beneficiária, para intervenções de requalificação e modernização das instalações da referida escola a executar no âmbito do Programa Operacional Regional Centro 2020. – PG 586794

Proposta de Deliberação: aprovar a minuta de acordo de colaboração a celebrar entre o Estado Português, através do Ministério da Educação e o Município de Abrantes, para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira no Tramagal, acordo com os fundamentos nele constantes.

Tratando-se de uma delegação de competências, submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

Delegar poderes no Presidente da Câmara para a assinatura do acordo de colaboração.



GAP - Nº 04 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, remete para aprovação a minuta de protocolo a celebrar entre a SEAcoop – Social Entrepreneurs Agency, CRL (Agência



de Empreendedores Sociais) e o Município de Abrantes, cujo objeto se prende com a dinamização de ações no âmbito do Empreendedorismo Social, salientando que a intervenção a realizar será, no futuro, articulada com o TAGUSVALLEY, nomeadamente com a sua Unidade de Acolhimento Empresarial e Promoção do Empreendedorismo.

O protocolo agora proposto não tem associados custos para o Município, tratando-se antes de um instrumento que procura promover a cooperação e parceria entre as duas Entidades. - PG 587221

Proposta de Deliberação: aprovar a minuta de protocolo de cooperação a celebrar entre a SEAcop – Social Entrepreneurs Agency, CRL (Agência de Empreendedores Sociais) e o Município de Abrantes, para a dinamização de ações no âmbito do Empreendedorismo Social, nos termos e com os fundamentos nele constantes.

Delegar poderes no Presidente da Câmara para a assinatura do protocolo de cooperação.



2. Divisão de Gestão das Pessoas

DGP - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento de informação do Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas, datada de 30 de junho de 2020, remete para aprovação, nos termos do disposto no artigo 7º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, proposta alteração de regulamento da estrutura flexível dos serviços municipais.

Esclarece que, em relação à atual estrutura, a alteração mais significativa diz respeito à passagem do serviço de Bibliotecas para a égide da Divisão de Cultura e Turismo, sendo as restantes alterações pontuais, nomeadamente a criação de um serviço de apoio ao utilizador na Divisão de Sistemas de Informação e a criação de um serviço de Apoio e Desenvolvimento na Divisão de Gestão das Pessoas. – PG 588594

Proposta de Deliberação: aprovar a proposta alteração de regulamento da estrutura flexível dos serviços municipais, nos termos do disposto no artigo 7º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, e com os fundamentos constantes na informação do Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas, datada de 30 de junho de 2020.



DGP - Nº 02 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 10 de julho de 2020 que, de acordo com validação por parte da Coordenadora de Segurança em obra, a técnica superior de higiene e segurança no trabalho, Susana Maria Ribeiro Ferreira, aprovou o PSS – Plano de Segurança em Obra da Empreitada de “Adaptação da Igreja de Santa Maria do Castelo para Instalação da Museografia e Arquitetura Expositiva para o Panteão dos Almeida em Abrantes”. – PG 544173

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho do Presidente da Câmara que aprovou o PSS – Plano de Segurança em Obra da Empreitada de “Adaptação da Igreja de Santa Maria do Castelo para Instalação da Museografia e Arquitetura Expositiva para o Panteão dos Almeida em Abrantes”, validado pela Coordenadora de Segurança em obra, Susana Maria Ribeiro Ferreira.



DGP - Nº 03 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento de informação do Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas, datada de 10 de julho de 2020, remete para aprovação o PSS – Plano de Segurança em Obra da Empreitada de “Restauro, reabilitação, remodelação e ampliação do edifício carneiro em Abrantes, para instalação do Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida”, validado pela Coordenadora de Segurança em obra, a técnica superior de higiene e segurança no trabalho, Susana Maria Ribeiro Ferreira. – PG 441206

Proposta de Deliberação: aprovar o PSS – Plano de Segurança em Obra da Empreitada de “Restauro, reabilitação, remodelação e ampliação do edifício carneiro em Abrantes, para instalação do Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida”, validado pela Coordenadora de Segurança em obra, Susana Maria Ribeiro Ferreira.



3. Divisão Administrativa

DA – Nº 01 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a minuta da escritura de compra e venda do Cineteatro São Pedro, em Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e a sociedade Iniciativas de Abrantes, Lda. pelo valor de 470.000,00€ (quatrocentos e setenta mil euros), em substituição do contrato promessa de compra e venda pelo mesmo valor, cuja minuta foi anteriormente aprovada.

Não obstante o Tribunal de Contas já se ter pronunciado favoravelmente em sede de fiscalização prévia, nomeadamente, com a atribuição de visto tácito à minuta do contrato promessa de compra e venda, as partes entenderam que a melhor solução para o imóvel passar definitivamente para o património do Município, seria a realização da escritura de compra e venda definitiva, mantendo-se os mesmos valores e condições de pagamento.

Trata-se de minuta da escritura de compra e venda, a prestações, com hipoteca voluntária a favor da sociedade Iniciativas de Abrantes, como garantia do bom e regular pagamento das prestações acordadas até janeiro de 2026, minuta esta já validada pela sociedade vendedora. – PG 510228

Proposta de deliberação: aprovar a minuta da escritura de compra e venda do Cineteatro São Pedro, em Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e a sociedade Iniciativas de Abrantes, Lda. pelo valor de 470.000,00€ (quatrocentos e setenta mil euros), a prestações, com hipoteca voluntária a favor da sociedade vendedora, como garantia do bom e regular pagamento das prestações acordadas até janeiro de 2026, delegando-se poderes no Presidente da Câmara para a sua assinatura.



DA – Nº 02 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, relativa ao Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano 2019, que se transcreve: - PG 521114

"Considerando que:

- A Lei nº 24/98, de 26 de maio, que aprova Estatuto do Direito de Oposição (EDO), assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais;*
- Nos termos do referido Estatuto, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, no ano subsequente àquele a que se refiram, relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido Estatuto;*
- Em 31 de março de 2020, a Câmara Municipal de Abrantes deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador Armindo Silveira, aprovar o Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano 2019, e remetê-lo aos titulares do direito de oposição nele referidos, para sobre eles se pronunciarem, em cumprimento do artigo 10º, nº 2 do referido Estatuto;*
- O regime de suspensão estabelecido pelo artigo 7º da Lei nº 1 -A/2020, de 19 de março, na sua redação original e na redação dada pela Lei nº 4 -A/2020, de 6 de abril, teve implicação direta na contagem do prazo para se pronunciarem. Tendo sido já levantada essa suspensão, deverá considerar-se o referido prazo vencido no vigésimo dia útil posterior à entrada em vigor da Lei nº16/2020, de 29 de maio, que entrou em vigor a 3 de junho, o 20º dia útil posterior à entrada em vigor corresponde ao dia 3 de julho de 2020.*
- Não foi apresentada qualquer questão, não foram propostas retificações, nem apresentada qualquer contestação.*
- Também não foi apresentado pelos titulares do direito de oposição qualquer pedido de discussão do referido relatório na Assembleia Municipal.*

Proponho:

A aprovação final do Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano 2019, elaborado em conformidade com o disposto no Estatuto do Direito de Oposição, e a sua publicação no Boletim Municipal e na página da internet do Município de Abrantes, com a inclusão da declaração de voto apresentada pelo Vereador Armindo Silveira em 31/03/2020."

Proposta de Deliberação: aprovar o Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano 2019, elaborado em conformidade com o disposto no Estatuto do Direito de Oposição, e a sua publicação no Boletim Municipal e na página da *internet* do Município de Abrantes, com a inclusão da declaração de voto apresentada pelo Vereador Armindo Silveira em 31/03/2020.

Ordem do dia da reunião de 21 de julho de 2020

DA – Nº 03 – Proposta de Deliberação da Vereadora Paula Grijó, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão Administrativa, datada de 29 de junho de 2020, relativa às baias publicitárias existentes em diversos arruamentos da cidade e de Rossio ao Sul do Tejo, propriedade da "FERBRAS - Serigrafia e Planeamento Publicitário, Lda.", que foram objeto de acordo com o Município de Abrantes em 2003. De acordo com informação da empresa, têm publicidade instalada 49 das 213 baias existentes, ou seja 23%. No entanto, à semelhança dos anos anteriores, sugere que se mantenha a previsão de ocupação de 40%, com o pagamento da correspondente taxa, uma vez que a mesma pode ser variável, não devendo a autarquia a reduzir o valor da receita arrecadada, ou seja, no valor de 1.640,10€ (mil seiscentos e quarenta euros e dez cêntimos). – PG 47203

Proposta de Deliberação: à semelhança dos anos anteriores, manter a previsão de ocupação com publicidade de 40%, com o pagamento da correspondente taxa, no valor de 1.640,10€ (mil seiscentos e quarenta euros e dez cêntimos), no âmbito do acordo estabelecido com a empresa FERBRÁS - Serigrafia e Planeamento Publicitário, Lda., nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa, datada de 29 de junho de 2020.



DA – Nº 04 – Proposta de Deliberação da Vereadora Paula Grijó, na sequência de informação da Chefe da Divisão Administrativa datada de 02 de julho de 2020, remete para aprovação o pedido apresentado pelo Centro Social Paroquial de Rossio ao Sul do Tejo, para a dispensa de pagamento da taxa devida pela ocupação de espaço público com andaimes para apoio a obras levadas a cabo em edifício que alugou, para poder assegurar um maior distanciamento entre os seus utentes por causa da pandemia COVID-19, no valor de 72,45€ (setenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos) que decorre do artigo 29º nº 2 da Tabela de Taxas.

Ainda que a possibilidade de dispensa do pagamento desta taxa (ocupação de espaço público por motivo de obras) não esteja prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 10º do Regulamento e Tabela de Taxas em vigor, face ao período que o país atravessa e às necessidades de adaptação das instituições para promoção do distanciamento, no sentido e reduzir o risco de propagação da pandemia por COVID-19 e para a proteção dos cidadãos mais vulneráveis aos riscos associados à doença, que foi o caso, propõe que a Câmara Municipal, tendo por base o caráter excecional, delibere isentar o pagamento da taxa referida, ao abrigo do disposto no artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, que prevê o regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19. – PG 580121

Proposta de Deliberação: isentar o Centro Social Paroquial de Rossio ao Sul do Tejo do pagamento da taxa devida pela ocupação de espaço público com andaimes para apoio a obras levadas a cabo em edifício que alugou para poder assegurar um maior distanciamento entre os seus utentes por causa da pandemia COVID-19, no valor de 72,45€ (setenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos), ao abrigo do disposto no referido artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, em conjugação com o disposto no nº2 do artigo 16º RFALEI - Regime Financeiro das

Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, remetendo-se à Assembleia Municipal para conhecimento, por meio eletrónico, no prazo de 48 horas, conforme decorre do mesmo artigo.



4. Divisão Financeira

DF - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, remetendo para ratificação o seu despacho de 09 de julho de 2020 que, a pedido da adjudicatária do contrato nº 44/2018 - Aquisição de serviços de limpeza de edifícios municipais, que terminou em 27 de junho de 2020, autorizou a liberação da caução prestada com a guia de depósito bancário n.º PT 0035 0426047066750, emitida em 19 de junho de 2018, pela Caixa Geral de Depósitos de Mafra, no valor de 9.211,20€ (nove mil duzentos e onze euros e vinte cêntimos), correspondente a 5% do valor contratual, com exclusão do IVA, prestado a favor do Município de Abrantes. – PG 381360

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho do Presidente da Câmara de 9 de julho de 2020 que autorizou a liberação da caução prestada, no valor de 9.211,20€ (nove mil duzentos e onze euros e vinte cêntimos), no âmbito do contrato nº 44/2018 - Aquisição de serviços de limpeza de edifícios municipais, que terminou em 27 de junho de 2020, nos termos e com os fundamentos constantes da informação da Chefe da Divisão Financeira de 08 de julho de 2020 que consta do processo.



5. Divisão do Desenvolvimento Social

DDS – Nº 01 – Proposta de Deliberação da Celeste Simão, no seguimento da atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado a Abel da Silva Pinto, aprovada por deliberação da Câmara Municipal de Abrantes de 04 de fevereiro de 2020, remete informação sobre a recusa do munícipe em aceitar a habitação, composta por um quarto, uma sala/cozinha e 1 WC, a sita na Rua Maria de Lurdes Pintasilgo, nºs 38 e 40, em Abrantes, propondo-se que esta habitação seja atribuída em regime de arrendamento apoiado a novo agregado familiar compatível com a tipologia. – PG 522749

Proposta de Deliberação: aceitar a recusa de Abel da Silva Pinto e aprovar a atribuição habitação, composta por um quarto, uma sala/cozinha e 1 WC, a sita na Rua Maria de Lurdes Pintasilgo, nºs 38 e 40, em Abrantes, em regime de arrendamento apoiado a novo agregado familiar compatível com a tipologia, seguindo a lista de ordenação elaborada nos termos do regime do arrendamento apoiado para habitação, aprovado pela Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro, na sua atual redação, bem como no Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado Propriedade do Município de Abrantes.

DDS – Nº 02– Proposta de Deliberação da Celeste Simão, no seguimento do pedido apresentado pela munícipe Maria J. M. Silva, arrendatária de imóvel municipal, em virtude de dificuldades económicas, decorrentes da pandemia por COVID-19, e após a análise social do agregado familiar, propõe o pagamento faseado da renda em atraso em quatro prestações mensais, no valor de 34,17€ cada, perfazendo o valor total da renda de 136,70€. – PG 573634

Proposta de deliberação: autorizar o pagamento faseado da renda em atraso pela munícipe Maria J. M. Silva em quatro prestações mensais, no valor de 34,17€ cada, perfazendo o valor total da renda de 136,70€, à arrendatária Maria J. M. Silva, face à situação económica, decorrente da pandemia por COVID-19



6. Divisão da Cultura e do Turismo

DCT – Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento de taxas devidas pela Associação Comercial e Empresarial de Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei, pela utilização do auditório do Edifício Pirâmide no dia 16 de julho de 2020, para a realização da Assembleia Geral da associação, por forma a dar cumprimento às instruções das autoridades de saúde no que respeita às regras de segurança, de distanciamento social, e de higiene a observar na realização do evento, face à situação epidemiológica que se atravessa. – PG 585177

Proposta de Deliberação: autorizada a cedência do auditório do Edifício Pirâmide no dia 16 de julho de 2020 à Associação Comercial e Empresarial de Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei, para a realização da Assembleia Geral, com dispensa total do pagamento das taxas associadas, no valor de 48,60€ (quarenta e oito euros e sessenta cêntimos), conforme previsto nos artigos 10º e 14º do Regulamento e Tabela de Taxas em vigor neste Município.



7. Divisão de Obras Públicas

DOP - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento da informação nº 147/DOP da Chefe da Divisão de Obras Públicas, datada de 13 de julho de 2020, considerando que ainda não ocorreu a efetiva transferência de competências no domínio da educação, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março e alterado pelo artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 29 de junho, e que, enquanto decorre o processo de assunção de competências, em rigor, o Município não é o proprietário da Escola Dr. Solano de Abreu, Escola Dr. Manuel Fernandes, Escola EB 2,3 D. Miguel de Almeida e Escola EB 2,3 Octávio Duarte Ferreira, não obstante a Câmara Municipal ter deliberado, em reunião de 28.05.2019, aprovar a

Ordem do dia da reunião de 21 de julho de 2020

aceitação da transferência de competências no domínio da educação no ano letivo de 2020/2021, e a mesma ter sido submetida à Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada em 19.06.2020. Considerando que com a referida transferência, o município passará a ter competência para a contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, designadamente, eletricidade, combustível, água, outros fluídos e comunicações, conforme o disposto no artigo 46.º Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Considerando que estas despesas passarão a ser responsabilidade do Município de Abrantes a partir do dia 1 de setembro de 2020.

Considerando que a Câmara Municipal é o órgão a quem compete exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na atual redação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º deste diploma legal, propõe-se:

Que a Câmara Municipal, órgão a quem compete exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na atual redação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º deste diploma legal, aprove a abertura de um procedimento de Consulta Prévia para a Aquisição de energia elétrica para a Escola Dr. Solano de Abreu, Escola Dr. Manuel Fernandes, Escola EB 2,3 D. Miguel de Almeida e Escola EB 2,3 Octávio Duarte Ferreira, no mercado liberalizado, com a duração de 1 (um) ano, ao abrigo do Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre da CIMT, o Acordo Quadro CPCC/05/2018 para dois lotes – Lote 2 – Baixa Tensão Especial (BTE) e Lote 3 Média Tensão (MT), nos termos e com os fundamentos constantes na Informação nº 147/DOP da Chefe da Divisão de Obras Públicas, datada de 13 de julho de 2020.

O preço base para a presente aquisição de serviços ascende a 40.000,00 € (quarenta mil euros) para o Lote 2 – Baixa Tensão Especial (BTE), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e a 100.000,00 € (cem mil euros) para o Lote 3 - Média Tensão (MT), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz um valor total de despesa de 140.000,00 € (cento e quarenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor fixado de acordo com as regras do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos.

A referida despesa terá incidência em mais do que um ano económico, tratando-se de despesa plurianual nos termos da alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, a qual já foi objeto de Autorização Prévia concedida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 19.06.2020, na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Abrantes tomada na sua reunião de 09.06.2020. – PG 572468

Proposta de Deliberação: aprovada a abertura de um procedimento de Consulta Prévia para a Aquisição de energia elétrica para a Escola Dr. Solano de Abreu, Escola Dr. Manuel Fernandes, Escola EB 2,3 D. Miguel de Almeida e Escola EB 2,3 Octávio Duarte Ferreira, no mercado liberalizado, com a duração de 1 (um) ano, ao abrigo do Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre da CIMT, o Acordo Quadro CPCC/05/2018 para dois lotes – Lote 2 – Baixa Tensão Especial (BTE) e Lote 3 Média Tensão (MT), nos termos da proposta, com os fundamentos constantes da informação nº 147/DOP da Chefe da Divisão de Obras Públicas, datada de 13 de julho de 2020.

DOP - Nº 02 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento do pedido de prorrogação do prazo para conclusão da empreitada de “Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes – Fase 1 – Recuperação, Remodelação e Ampliação do Convento de S. Domingos”, requerido pela sociedade anónima TPS – Teixeira Pinto Soares, S.A., adjudicatária da referida empreitada, da informação nº 148/DOP da Divisão de Obras Públicas, datada de 14 de julho de 2020, e da informação da Chefe da DOP, datada de 15 de julho de 2020, propondo que o órgão competente para a decisão de contratar – Câmara Municipal opte pelo cenário B dos cenários possíveis:

- Cenário A - Perante o incumprimento da conclusão dos trabalhos no prazo estabelecido pelo Município, este pode optar pela resolução do contrato, nos termos da segunda parte do n.º 2 do artigo 325.º conjugado com o artigo 333.º, ambos do CCP, conforme previsto na Cláusula 50.ª do Caderno de Encargos do procedimento concursal.

A adoção deste cenário tem as seguintes consequências:

I. A aplicação das sanções contratuais previstas na Cláusula 11.ª do Caderno de Encargos do procedimento concursal, conjugado com o artigo 403.º do CCP;

II. A comunicação do incumprimento à Inspeção Geral das Obras Públicas Transportes e Comunicações (IGOPTC) e ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), nos termos do n.º 2 do artigo 405.º do CCP;

III. A execução da caução pelo Município, nos termos do artigo 296.º do CCP, implicando, nesse caso, a renovação do respetivo valor da caução prestada pelo cocontratante;

- Cenário B - Conceder uma prorrogação graciosa do prazo para conclusão da empreitada por 83 dias ao adjudicatário, fixando-se a conclusão da mesma em 14.10.2020, face aos argumentos apresentados pelo adjudicatário, decorrentes da pandemia pela COVID-19, sustentados na falta de mão de obra e fornecimento de materiais necessários e imprescindíveis à execução dos trabalhos, comprovados através de documentação composta por troca de correspondência eletrónica com subempreiteiros e fornecedores, anexa ao pedido de prorrogação do prazo para conclusão da empreitada, e aprovar o Plano de Trabalhos, o Plano de Mão de Obra, o Plano de Equipamentos, o Plano de Pagamentos e o Cronograma Financeiro, a afetar à obra, ajustados à nova data de conclusão da empreitada, nos termos do artigo 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na redação anterior ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, aplicável por força do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, conjugado com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Proposta de Deliberação: conceder uma prorrogação do prazo de execução da empreitada de “Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes – Fase 1 – Recuperação, Remodelação e Ampliação do Convento de S. Domingos”, por 83 dias, fixando-se a conclusão da mesma em 14 de outubro de 2020, nos termos do artigo 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na redação anterior ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, aplicável por força do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, conjugado com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, bem como aprovar o Plano de Trabalhos, o Plano de Mão de Obra, o Plano de Equipamentos, o Plano de Pagamentos e o Cronograma Financeiro, a afetar à obra, ajustados à nova data de conclusão da empreitada, aceitando-se os argumentos apresentados pelo adjudicatário, decorrentes da pandemia pela COVID-19, sustentados na falta

Ordem do dia da reunião de 21 de julho de 2020

de mão de obra e fornecimento de materiais necessários e imprescindíveis à execução dos trabalhos, comprovados através de documentação composta por troca de correspondência eletrónica com subempreiteiros e fornecedores, anexa ao pedido de prorrogação do prazo para conclusão da empreitada.

Cumprido o procedimento previsto no n.º 1 e no n.º 3 do artigo 404.º CCP, caso se mantenha o incumprimento, poderá o Município atuar nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do mesmo artigo e resolver o contrato nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 405.º CCP.



DOP - Nº 03 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 150/DOP da Divisão de Obras Públicas, datada de 15 de julho de 2020, no seguimento da aquisição de serviços à sociedade comercial “M.V.d.O – Arquitectura Unipessoal, Lda.” para a elaboração do Projeto de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira em Tramagal – Abrantes, tendo sido entregue a Fase 1, correspondente ao levantamento topográfico e arquitetónico, e a Fase 2, correspondente ao Projeto Base, cujos elementos satisfazem o estipulado no Contrato e no Caderno de Encargos.

De acordo com a estimativa de custo do Projeto Base, o valor estimado para a obra ascende a 600.663,00 € (seiscentos mil e seiscentos e sessenta e três euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

No âmbito do Projeto Base, foi solicitado parecer à DGEstE, a qual ainda não se pronunciou até à presente data.

- Considerando que ainda não ocorreu a efetiva transferência de competências no domínio da educação, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março e alterado pelo artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 29 de junho, e que, enquanto decorre o processo de assunção de competências, em rigor, o Município não é o proprietário da Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira, não obstante a Câmara Municipal ter deliberado, em reunião de 28.05.2019, aprovar a aceitação da transferência de competências no domínio da educação no ano letivo de 2020/2021, e a mesma ter sido submetida à Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada em 19.06.2019;
- Considerando que a Câmara Municipal deliberou na sua reunião de 09.06.2020 aprovar “o início do procedimento de “Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira em Tramagal - Abrantes”, no âmbito da assunção da transferência de competências no domínio da educação no ano letivo de 2020/2021, por deliberação da Câmara Municipal de 28.05.2019, bem como do Programa de Execução da Carta Educativa aprovada em reunião de Conselho Municipal de Abrantes, em 25.05.2020 e da Candidatura à “PI 10.5. Infraestruturas da Educação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT – Centro 2020”, condicionado à receção da comunicação de autorização da intervenção pelo Ministério da Educação, dono, ainda, deste estabelecimento de ensino.”;
- Considerando que a minuta de acordo de colaboração a celebrar entre o Estado Português, através do Ministério da Educação e o Município de Abrantes para a

Ordem do dia da reunião de 21 de julho de 2020

Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira no Tramagal, será submetida a aprovação da Câmara Municipal e posteriormente à Assembleia Municipal para aprovação;

- Considerando que na ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 57º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, por despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal datado de 26.06.2020 foi decidido adjudicar a presente aquisição de serviços;
- Considerando que o contrato da presente aquisição de serviços foi outorgado em 09.07.2020;

Propõe:

- A aprovação do Projeto Base, condicionado à obtenção de parecer favorável da DGEstE;
- Que, após a emissão de parecer favorável da DGEstE, seja comunicada à sociedade comercial "M.V.d.O – Arquitectura Unipessoal, Lda.", a aprovação do Projeto Base, solicitando que prossiga para a Fase 3, correspondente ao Projeto de Execução, conforme fixado na alínea c) do n.º 1 da cláusula 8.ª do Caderno de Encargos. – PG 570435

Proposta de Deliberação: aprovado o Projeto Base do Projeto de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira em Tramagal – Abrantes, condicionado à obtenção de parecer favorável da DGEstE, devendo, após a emissão de parecer favorável da DGEstE, ser comunicada à sociedade comercial "M.V.d.O – Arquitectura Unipessoal, Lda.", a aprovação do Projeto Base, solicitando que prossiga para a Fase 3, correspondente ao Projeto de Execução, conforme fixado na alínea c) do n.º 1 da cláusula 8.ª do Caderno de Encargos.

À DOP para a promoção das necessárias diligências.



DOP - Nº 04 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 143 da Divisão de Obras Públicas, datada de 07 de julho de 2020, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Repavimentação e Sinalização do Troço da E.M. 575, entre Tramagal e o Início de Bicas - Abrantes", adjudicada à sociedade Diamantino Jorge & Filho, S.A., para efeitos de receção provisória. – PG 580817

Proposta de Deliberação: aprovado o auto de receção provisória da empreitada de "Repavimentação e Sinalização do Troço da E.M. 575, entre Tramagal e o Início de Bicas - Abrantes", devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

À Divisão de Obras Públicas para proceder em conformidade.

8. Divisão do Urbanismo

DU – Nº 01 - Em anexo, relação de processos da Divisão do Urbanismo, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pelo Presidente da Câmara.

Tomado conhecimento.



9. Divisão do Desenvolvimento Económico

DDE – Nº 01 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 05 de março de 2020, que, no seguimento de informação do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, de 04 de março de 2020, e do pedido apresentado por Ernesto Nuno Mendes Vieira da Costa, autorizou a transferência do terrado no Mercado Grossista, que lhe está atribuída, para o nome de Estela Cardoso Unipessoal, Lda., considerando que o título de ocupação do espaço em análise (lugar 6G) se encontra válido, porque foram apresentados todos os documentos necessários, de acordo com o estipulado na legislação em vigor e nos termos do disposto no artigo 28º do regulamento de comércio não sedentário. – PG 119604

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho do Presidente da Câmara que autorizou a transferência do terrado (lugar 6G) no Mercado Grossista, atribuído a Ernesto Nuno Mendes Vieira da Costa, para o nome de Estela Cardoso Unipessoal, Lda., nos termos e com os fundamentos constantes da informação do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, de 04 de março de 2020.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada pelas _____ horas e _____ minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que fica aprovada em minuta.



De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa a redigiu e também a assina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA